

Gênero e política na França: a eleição presidencial em debate*

Janine Mossuz-Lavau**

RESUMO

Em 2007, pela primeira vez na França, um grande partido político, o Partido Socialista, apresentou uma mulher como candidata à presidência da república. Ela não foi eleita, mas a sua campanha se reveste de uma importância singular num país onde, até então, não havia mais do que 12,3% de mulheres na composição do Congresso Nacional (18,5% desde as eleições legislativas de junho de 2007). Este artigo analisa o significado dessa candidatura do ponto de vista de gênero na história da elegibilidade na França e na história do voto.

Palavras-chave: gênero, eleições, elegibilidade, voto, feminismo, poder executivo, mulheres.

Gender and Politics in France: the presidential election in question

ABSTRACT

In 2007, for the first time in France, a big political party, the socialist party, has presented a woman as a candidate for the republic. She has not been elected but her campaign is particularly important in a country who had only 12,3% of women in his

* Tradução integral do francês realizada por Naira Carla Di Giuseppe Pinheiro dos Santos, doutoranda em Ciências da Religião e membro do “Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal”, e revisada pelo Prof. Dr. Paulo Barrera, autor do livro *Tradição, transmissão e emoção religiosa* (2001) e coordenador do grupo de pesquisa “Religião e Periferia” da Universidade Metodista de São Paulo.

** Janine Mossuz-Lavau é diretora de pesquisas do CNRS Centre National de la Recherche Scientifique et membro do Observatoire de la parité.

national assembly (18,5% since the national elections of June 2007). This paper analyzes the meaning of this candidature from the point of view of the gender in the story of eligibility and the story of the vote in France.

Keywords: Gender. Elections. Eligibility. Vote. Feminism. Executive power. Women.

Desde maio de 2007, na França, ela se tornou ‘a mulher fatal’. Ela é, sem dúvida, Ségolène Royal, e *La femme fatale* é o título de um livro que lhe foi consagrado por dois jornalistas do *Monde*¹. O sucesso desse livro – muito bem vendido – demonstra que, apesar do revés registrado em 6 de maio de 2007, por ocasião do segundo turno da eleição presidencial, o interesse pela primeira mulher candidata de um grande partido à suprema magistratura não arrefeceu.

De fato, é a primeira vez que isso acontece na França, razão pela qual é preciso primeiro retomar as etapas da campanha para em seguida avaliar o seu significado em relação à história da elegibilidade e à história do voto nesse país.

A irresistível ascensão de Ségolène Royal

Em janeiro de 2006, é publicado na França um livro de um jornalista muito conhecido, Alain Duhamel, intitulado *Os pretendentes 2007* (Plon), que apresenta uma galeria de retratos dos presidentiáveis. Figuram aí a maioria dos dirigentes do Partido Socialista. Ségolène Royal, presidente socialista da região de Poitou-Charentes (a única mulher na França presidente de uma região), está ausente nessa galeria. No entanto, ela havia se declarado candidata alguns meses antes. Desde setembro de 2005 ela havia declarado no semanário *Paris-Match*: “Se, num determinado momento se verificar que eu sou a melhor colocada e que, portanto, sou solicitada pelo Partido Socialista porque posso lhe dar a vitória, eu o farei”.

Os institutos de pesquisa passam então a testar a sua candidatura e detectam um avanço no mínimo espetacular. Sua popularidade aumenta a cada sonda-

¹ Raphaëlle Bacqué e Ariane Chemin, *La femme fatale*, Paris, Albin Michel, 2007.

gem. De acordo com o IFOP, em dezembro de 2005 ela estava à frente tanto de François Hollande, primeiro secretário do Partido Socialista, quanto de Bernard Kouchner, um dos homens mais populares da França. Em maio de 2006 ela é considerada por 50% dos simpatizantes do partido como "a melhor candidata para representar o Partido Socialista". Este cenário vai permanecer estável até o outono de 2006.

Chega então a primeira data importante: o voto dos militantes socialistas, os quais deveriam designar, em 16 de novembro, o(a) seu(sua) candidato(a) para a eleição de 2007. Ela obtém 60,6% dos votos contra os 20,8% de Dominique Strauss-Kahn e os 18,6% de Laurent Fabius. Ségolène Royal se beneficiou de uma popularidade excepcional nas pesquisas e se revelou como aquela que tinha mais chances de vencer o candidato da direita, Nicolas Sarkozy, Ministro do Interior e presidente do partido UMP (União por um Movimento Popular). Durante cerca de dois meses ela conserva ainda essa aura que leva muitos a crer que ela pode conseguir. Ela entra numa fase de escuta: de fato ela se decidiu por um modo alternativo de fazer política e se dedica a uma série de fóruns participativos, a fim de recolher as opiniões dos franceses e construir um projeto em função de suas expectativas, suas demandas, seus sofrimentos.

Mas, em 14 de janeiro de 2007, Nicolas Sarkozy é consagrado oficialmente pela UMP como seu candidato na eleição presidencial e, mesmo que algumas pesquisas indicassem ainda Ségolène Royal como vencedora, ela aparece - de acordo com a distinção estabelecida pelo politólogo Pascal Perrineau - superior a Nicolas Sarkozy em termos quantitativos, mas inferior em capacidade. Em capacidade para se tornar o chefe de Estado.

As relações com a sua família política são freqüentemente tensas. Ela tem o apoio dos militantes e de um certo número de líderes, mas os candidatos descartados e as suas respectivas equipes deixam transparecer o seu rancor. Ela própria não está interessada, num primeiro momento, em aparecer como uma elefanta entre os "elefantes" (como são chamadas familiarmente na França as personalidades do PS). Há aí uma equação difícil para se resolver: como ser essa mulher independente, portadora dos novos ares e de novidade recla-

mados pelos franceses, e usar em seu proveito o aparelho socialista que tem seus militantes, suas redes, mas também suas facções?

Após o anúncio de sua candidatura e, na hipótese de um segundo turno que o oporia a Ségolène Royal, Nicolas Sarkozy obteria, conforme mensurado pelas pesquisas por várias vezes consecutivas, 52% dos votos.

Deve-se destacar também a escalada de um candidato de centro, François Bayrou que se apresenta como o porta-voz das pessoas razoáveis, que se recusam a se deixar aprisionar pelo duelo direita-esquerda. Ele alcança muito rapidamente o terceiro lugar e o seu *score* não para de crescer.

O declínio de Ségolène Royal nas pesquisas vai se acentuar a partir do fim de janeiro. Em 11 de fevereiro de 2007, ela apresenta o seu programa, proveniente dos debates participativos, o seu pacto presidencial. A partir do dia seguinte o instituto de pesquisas CSA lhe dá 46% dos votos contra 54% a Nicolas Sarkozy.

Verifica-se uma evolução bastante curiosa da situação. A candidata socialista bate os recordes de audiência nos debates televisivos, atrai muita gente em seus encontros (60000 pessoas em Paris no 1º de maio), mas não consegue alcançar Nicolas Sarkozy e tampouco se deixa alcançar por François Bayrou. Os resultados da eleição são os seguintes: no primeiro turno, em 22 de abril, Sarkozy obtém 31,18% dos votos, Royal 25,87% e Bayrou 18%. No segundo turno Sarkozy ganha com 53,06% dos votos contra 46,94% de Royal. A participação é excepcional: cerca de 84% dos franceses se dirigem às urnas, em cada um dos turnos.

Depois desta evocação factual, importa entender o que aconteceu e se perguntar pela dimensão de gênero, por aquilo que, nesta campanha, foi marcado pelo fato de que uma mulher estava concorrendo.

Em primeiro lugar, quando Ségolène Royal anunciou a sua possível candidatura (em setembro de 2005), ela foi recebida com sarcasmos pelo próprio partido. Pessoas da liderança do Partido Socialista pronunciaram publicamente as seguintes frases: "Mas quem vai cuidar das crianças?", "A eleição presidencial não é um concurso de beleza", "A eleição presidencial não é uma questão de medidas" (dito por uma mulher...) e depois, por ocasião da

campanha interna do PS, “Ela teria feito melhor se ficasse em casa, lendo suas receitas culinárias”.

Em seguida foi a vez da direita entrar com um argumento que as políticas do sexo feminino conhecem bem, o da incompetência. Quando mulheres querem fazer política, a réplica é sempre a mesma: “Sim, mas elas terão que se formar, terão que aprender”. Como se houvesse um gene da política passível de ser encontrado somente na população masculina, e que as mulheres não possuíssem. Destacavam-se então erros de cifras ou declarações mal colocadas de Ségolène Royal, sem que se aplicasse o mesmo tratamento a Nicolas Sarkozy.

Atacada em sua condição de mulher Ségolène Royal, por sua vez, jogou com esse mesmo papel tentando fazer dele um trunfo, colocando em ação, como se diz no jargão sociológico, a inversão do estigma. Ela se apresentou em sua feminilidade, sua elegância, insistindo no fato de ser uma mulher. Em 26 de novembro de 2006 ela já havia declarado aos militantes do Partido Socialista: “Escolhendo uma mulher, vocês realizaram um verdadeiro ato revolucionário”. Ela se referiu com frequência a Joana d’Arc. O que, no seu caso, não constituía uma novidade. Já em 1998, por ocasião de um discurso em Orleans, ela havia dito, reportando-se a Joana d’Arc: “Se eu pudesse... lhe dizer, sem rodeios, de mulher para mulher, algumas palavras simples. Você cometeu um triplo sacrilégio: ser uma mulher estrategista, ser uma mulher de guerra, ser uma mulher de Deus”. Mas Ségolène Royal escolheu, sobretudo, se posicionar como mãe.

Em 11 de fevereiro de 2007 quando ela revela o seu programa, durante um grande comício, ela exclama, pondo os punhos sobre o ventre:

“Eu sei, como mãe, que eu quero para todas as crianças que nascem e que crescem na França a mesma coisa que eu quis para as minhas próprias crianças”.²

Ademais ela se apresenta, de certa maneira, como mãe de todos os jovens, mas também dos excluídos, dos deficientes. Ela é a que vai proteger os franceses, após tê-los ouvido.

² Ségolène Royal é mãe de quatro filhos.

Então – e isso se acentua particularmente no final da sua campanha – ela tende a aparecer como uma madona. Toda vestida de branco, um sorriso reticente e frases que emanam um certo misticismo. Como, por exemplo, quando ela declara aos jornalistas: “eu estou possuída”.³ Um antigo líder e ministro socialista, que se juntou à sua equipe, lhe disse num encontro em Belfort no dia 13 de abril: “Já faz muito tempo que não vou ao catecismo, mas eu posso dizer que você é a encarnação viva da França”. A uma semana do primeiro turno, Ségolène Royal lança as seguintes palavras aos seus ouvintes: “Um sopro se levanta. Forcemos esta oportunidade. Me ajudem, me levem, é com vocês que eu vou ganhar”. Ela reabilita a ternura, o amor, ela tenta passar a mensagem “amemo-nos uns aos outros”.

Uma terceira intervenção desse tipo na sua campanha deve ser destacada: o que ela planejava em favor das mulheres. Ela anunciou desde o começo que a sua primeira lei seria uma lei contra as violências, mas também que instituiria um serviço de apoio à pequena infância, que elevaria as aposentadorias mais baixas que são, basicamente, as das mulheres, e ainda que faria adentrar as cinzas de Olympe de Gouges no Panthéon⁴. Destaque-se também o seu discurso sobre as “mulheres encobertas pelo véu, mulheres mutiladas, mulheres excisadas, mulheres violadas”, que evocava o do General de Gaulle falando de Paris no momento da liberação, ao final da Segunda Guerra Mundial.

A candidatura de Ségolène Royal em relação à história da elegibilidade

Em relação à representação das mulheres nas instâncias de poder, a França fez durante muito

³ Termo que tem uma conotação espiritual, às vezes artística e frequentemente religiosa. Significava que Ségolène Royal se sentia investida de uma missão que a animava, conduzia-a por inteiro. Seus detratores retiveram sobretudo a dimensão religiosa do termo.

⁴ Olympe de Gouges, uma das heroínas francesas das feministas, viveu de 1748 a 1793. Ela é a autora da Declaração dos direitos da mulher e da guilhotina. Morreu guilhotinada após ter escrito: “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”.

tempo o papel de parente pobre (e ainda o faz sob certos aspectos). Nesse sentido falou-se com frequência da “exceção francesa”. Deve-se destacar, além do mais, que a França foi uma das últimas entre as grandes democracias a conceder direito de voto e de elegibilidade às mulheres (abril de 1944).

No que diz respeito ao lugar das mulheres nas assembleias legislativas e particularmente na mais importante, na Assembleia Nacional⁵, a evolução tem sido extremamente lenta e não tem avançado muito até o momento⁶. Em 1946, elas representavam 5,6%. Percentual que diminuiu ao longo dos anos, notadamente com o advento da Quinta República e do gaullismo (1,6% de 1958 a 1973). Uma ligeira ascensão se esboçou em seguida. Ao término das eleições legislativas de 1993, elas representavam 5,9%. Em 1997 observou-se um aumento: o percentual de mulheres atingiu 10,9%. Número que encontra explicação na decisão de Lionel Jospin, então Primeiro Secretário do Partido Socialista, de impor uma reserva de 28% dos distritos às mulheres. A título de curiosidade é bom lembrar que, nos corredores do PS, alguns homens vaticinavam que o partido perderia as eleições por causa desse dispositivo e que, de todo modo, não haveria um número suficiente de candidatas. Nenhuma dessas predições se confirmou uma vez que a esquerda ganhou e que, em cerca de 40% dos distritos “reservados” não havia apenas uma, mas duas ou três candidatas à candidatura⁷. Enquanto em 2000 a França votara nas assim chamadas leis sobre a paridade (após a revisão constitucional de 1999), no encerramento do segundo turno das eleições legislativas de 2002 não era possível contar mais do que 12,3% de mulheres na Assembleia Nacional. Em 2007, em 17 de junho, elas somam 18,5%.

⁵ N. T.: A França é uma república semi-presidencialista. O presidente é eleito por sufrágio direto e universal. Existem duas assembleias eleitas, o Senado e a Assembleia Nacional (fonte: Wikipedia).

⁶ Para mais detalhes sobre essa evolução, como quanto à dos votos, vide Janine Mossua-Lavau, “Genre et politique” In: Pascal Perrineau et Luc Robban (dir.), *La politique en France et en Europe*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 95-121.

⁷ Cf. Philippe Bataille et Françoise Gaspard, *Comment les femmes changent la politique et pourquoi les hommes résistent*, Paris, La Découverte, 1999.

Como explicar esse paradoxo?

É necessário recorrer ao texto das leis. Elas prevêem a paridade por “blocos de seis” para as eleições municipais nos distritos com 3 500 habitantes ou mais. Em cada bloco de seis candidatos é necessária a presença de três mulheres. Para as eleições regionais, europeias e para aquelas do senado⁸ que seguem um critério de proporcionalidade, o sistema é de paridade alternada (nas listas devem se suceder um homem, uma mulher, um homem, uma mulher etc. desde o início até o fim da lista). Todas estas eleições são proporcionais e as listas que não seguem a paridade, simplesmente não são registradas. A restrição é, portanto, total. Os resultados não se fizeram esperar: atualmente o percentual de mulheres é de 47% nas câmaras municipais dos distritos com 3 500 habitantes ou mais, 48% nas câmaras regionais, 44% na delegação francesa para o Parlamento europeu.

Em contrapartida, a lei não teve efeito nas eleições legislativas ao Parlamento porque não é restritiva. Com efeito, os partidos que não apresentam 50% de candidatas recebem menos dinheiro do Estado a título do financiamento do qual podem se beneficiar. Eles podem, portanto, escolher receber menos ao invés de aumentar a representação feminina. Foi o que fez o UMP em 2002 ao apresentar menos de 20% de candidatas e, em menor escala, o PS (com 36% de mulheres). O UMP registrou um déficit anual, durante toda a legislatura, de mais de quatro milhões de euros, e o PS, por sua vez, arcou com um custo financeiro de mais de um milhão de euros por ano.

Em 2007, o UMP apresentou 26,6% de candidatas, o PS 45,5% mas, evidentemente, nem sempre em distritos nos quais poderia ganhar. Os pequenos partidos seguiram as regras, alguns por convicção, outros para obter o máximo de financiamento público na parte relativa aos candidatos (a outra parte é calculada a partir do número de eleitos).

Esses resultados colocam a França atrás de grande parte dos países da Europa. Bem depois da Su-

⁸ N. T.: As eleições ao Senado podem se dar por escrutínio majoritário, nos departamentos que elegem até três senadores, ou proporcional, nos departamentos que elegem ao menos 4 senadores.

écia (45,3% de eleitas), Noruega (37,9%), Finlândia (37,5%), Dinamarca (36,9%), Países Baixos (23,7%), Espanha (36%), Alemanha (31,8%) ou ainda da Suíça (25%).

Paradoxalmente, as mulheres estão presentes nos governos franceses em proporções mais importantes do que no Parlamento. Como escreve a filósofa Genevieve Fraisse, “elas governam, mas não representam” (*Libération*, 13 de setembro de 1995). Este paradoxo é já antigo. Em 1936 Léon Blum, no governo do Front Populaire, nomeou três mulheres como subsecretárias de Estado sendo que elas não eram nem elegíveis e nem mesmo eleitoras. Foi necessário esperar 1947 para que uma mulher, Germaine Poinso-Chapuis, fosse ministra por inteiro. Sob a Quinta República, as mulheres adquiriram um pouco mais de visibilidade com a presidência de Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981). Eles eram quatro ao todo, dentre as quais uma secretária de Estado para a condição feminina e Simone Veil, ministra da Saúde e que prepara o projeto de lei permitindo o aborto. Na seqüência da história política recente da França o número de mulheres “com responsabilidades” aumentou cada vez que assumiu um governo de esquerda, e diminuiu quando retornou um governo de direita. O número máximo foi alcançado, na esquerda, pelos governos de Jospin (ao redor de 30% entre 1997 e 2002) e na direita, uma mudança notável acaba de ocorrer na França. O novo Presidente, Nicolas Sarkozy, havia anunciado que formaria um governo paritário. De fato, no governo Fillon I⁹, dos quinze ministros nomeados, sete são mulheres (das quais uma ministra do Interior, outra da Justiça), mas as secretarias de Estado e o Alto-comissariado são todos integrados por homens. O que, matematicamente, obriga a constatar que dos vinte e um membros do governo sete são mulheres, o que jamais chega a representar 50%. Mas, mesmo com um terço, a direita alcança o seu recorde em termos de feminização do executivo. No governo Fillon II¹⁰, nomeado em 19 de

junho, depois das eleições legislativas, há 11 mulheres num total de 33 membros, ou seja, igualmente um terço.

A França, porém, não chega ao nível do pequeno grupo de países que, no mundo, contam com um governo paritário ou quase : a Noruega (47,4% de mulheres), a Espanha (47%), a Finlândia (44%), a Suécia e a África do Sul (40%), a palma cabendo ao Chile (com 50%).

Para completar o quadro francês, há que se acrescentar que só uma vez uma mulher foi Primeiro Ministro: Édith Cresson (15 de maio de 1991-31 de março de 1992), para a qual as coisas não se passaram muito bem.

Retomando a questão do significado da candidatura de Ségolène Royal, é a primeira vez que um grande partido apresenta uma mulher com possibilidade de ser eleita.

Mas, sobretudo, a colocação de sua candidatura não resultou de uma medida governamental ou da decisão de um aparelho. Ela lançou sua candidatura sem consultar a ninguém e surpreendendo todo mundo. Deve-se lembrar que não se tratava, em princípio, de uma idéia totalmente nova ou de uma fantasia: já em 1995 ela pretendeu se apresentar para a eleição interna do Partido Socialista e foi dissuadida de fazê-lo. Por outro lado, ela foi eleita pelos membros do partido, por revelar uma grande popularidade nas pesquisas, e contra alguns dos homens do aparelho. E ela conduziu uma campanha da qual o mínimo que se pode dizer é que ela não foi orquestrada pelo Partido Socialista.

O simples fato desta “aventura” ter sido possível, mesmo tendo custado uma derrota, é um encorajamento para todas aquelas que desejam exercer responsabilidades políticas. Em qualquer nível que seja. Se uma mulher pode ser candidata à Presidência da República, ela pode *a fortiori* ser candidata a deputada, a um cargo de ministra, à assembleia regional, aos diferentes postos executivos etc.

Uma pergunta se impõe: o modo pelo qual Ségolène Royal conduziu a sua campanha significa que as mulheres teriam uma outra maneira de fazer política? Debate recorrente que encontra respostas positivas e respostas negativas, de acordo com as pessoas para as quais a pergunta é colocada. Tem-se afirmado freqüentemente, e em primeiro lugar as

⁹ Nota da Tradutora: Referência a François Fillon, nomeado Primeiro Ministro da França em 17/05/2007.

¹⁰ Nota da Tradutora: Referência à mudança de gabinete efetuada em 19/06/2007.

próprias mulheres políticas, que elas têm uma outra maneira de fazer política e principalmente que elas seriam mais doces, mais sensíveis, que ouviriam mais, e que seriam mais concretas. Eu penso que não há que ceder ao essencialismo. Deve-se reconhecer que, no início, a campanha de Ségolène Royal foi diferente daquelas conduzidas habitualmente na França, porque ela se empenhou em organizar debates participativos, exatamente para ouvir as pessoas. Mas essa não é uma idéia inteiramente forjada por ela. Havia surgido exemplos em outros lugares, como no Brasil, ou na Alemanha, e exemplos de júris de cidadãos (essa era uma de suas propostas). Além do mais esses debates participativos tiveram o seu lado inconveniente, uma vez que resultaram no lançamento tardio da campanha oficial.

Por outro lado, Ségolène Royal apostou na idéia dela ser uma mãe que queria para todas as crianças da França, e além, poderia se dizer, o que ela queria para os seus próprios filhos. Este constituía, sem dúvida, um bom combate no contexto no qual ela tinha que lutar, tendo homens como principais adversários.

Quanto a essa questão de um outro jeito de fazer política a minha convicção é que não há um gene feminino e um masculino da política que seriam irreduzivelmente distintos. Sobretudo eu não sou essencialista ou diferencialista. Ao contrário, eu creio que há uma *expertise* da política, diferente entre os homens e as mulheres, por causa do seu gênero, ou seja, do seu sexo social, definido pela situação histórica e sociológica em um dado momento. Ora, atualmente o gênero feminino se caracteriza pelo fato de que as mulheres estão ao mesmo tempo no espaço público e no privado, enquanto que os homens estão mais no espaço público e estão totalmente imersos nele quando exercem uma atividade política (a maior parte dos homens políticos não teria feito a carreira que fizeram se não tivessem uma mulher, comumente sem profissão, que se ocupasse dos filhos e da casa). Com o privado estando a seu encargo, as mulheres estão mais atentas aos problemas cotidianos, dos arredores, e podem fazer ressoar na política aquilo que afeta a realidade concreta, as dificuldades das pessoas (aquelas que às vezes chamamos de as verdadeiras pessoas, as pessoas comuns), talvez

mais do que os homens, que pensam poder fazer isto simplesmente percorrendo o seu distrito.

O que significa esta eleição do ponto de vista do voto e de gênero?

Para responder a esta pergunta, é necessário retomar brevemente a forma pela qual o voto das mulheres tem evoluído na França. Pode-se distinguir três períodos.

Até o fim dos anos sessenta há um período de aprendizado: as mulheres se abstêm de ir às urnas e votam claramente menos do que os homens na esquerda. Os anos setenta correspondem a uma fase de decolagem: as eleitoras começam a participar dos escrutínios do mesmo modo que os eleitores e a diferença entre os votos na esquerda diminui. Nos anos oitenta chega-se finalmente ao período da autonomia: as mulheres continuam se apresentando para votar tanto quanto os homens e, desde 1986, elas apóiam os candidatos de esquerda tanto quanto eles e às vezes mais do que eles. As suas escolhas não são, contudo, idênticas. Observando-se os primeiros turnos das eleições (na França as eleições legislativas se realizam por meio de escrutínio em um nome majoritário, em dois turnos), verifica-se que, comparativamente aos eleitores do sexo masculino elas se revelam um pouco mais favoráveis aos candidatos socialistas e - durante um breve período - aos ecologistas mas, sobretudo, é nitidamente menor o número de eleitoras que opta pela extrema-direita (pelo Front National, ou por Jean-Marie Le Pen, em caso de eleição presidencial). Se, na eleição presidencial de 2002, apenas as mulheres tivessem votado, Jacques Chirac e Lionel Jospin teriam ficado à frente no primeiro turno e continuariam competindo no segundo turno. Se apenas os homens tivessem votado, eles teriam escolhido, pela ordem, Jean-Marie Le Pen, depois Jacques Chirac, e depois Lionel Jospin.

Hoje, na França, a melhor defesa contra a extrema-direita é constituída pelas mulheres.

Como as eleitoras se comportaram em 22 de abril de 2007, primeiro turno da última eleição presidencial na França? Uma pesquisa realizada pelo instituto CSA no próprio dia 22 mostra que 28% delas votaram em Ségolène Royal (contra

24% dos homens). Resultados compatíveis com os que haviam sido anunciados pelas diferentes pesquisas pré-eleitorais. No segundo turno, as pesquisas indicam que as mulheres apoiaram Ségolène Royal em proporção um pouco maior do que os homens (48% contra 46%). A julgar pelo trabalho de Mariette Sineau quanto às intenções de voto no primeiro turno (a partir do Painel eleitoral CEVIPOF¹¹ / Ministério do Interior), tais resultados seriam devidos à parcela jovem da população¹². Entre os de 18-24 anos, 25% dos homens e 32% das mulheres indicaram ter intenção de votar em Ségolène Royal. Entre os de 65-74 anos as intenções de voto eram respectivamente de 23% e 24% e, entre os de 75 anos e mais, 27% e 22%. As mulheres mais velhas que são frequentemente católicas praticantes, de direita, ex-donas de casa, não eram favoráveis a Ségolène Royal. Além disso, em abril, as mulheres donas de casa indicavam com menos frequência do que as ativas uma intenção de voto em Ségolène. Mas, para além desses perfis sociológicos que podem explicar a estrutura dos eleitorados, deve-se ressaltar que essas mulheres foram socializadas e viveram a maior parte de suas vidas num contexto no qual a população feminina não tinha acesso às responsabilidades políticas. E elas podem ter julgado impróprio, inadequado, ou até mesmo inconcebível, que uma mulher disputasse a suprema magistratura. Especialmente uma mulher jovem, não casada (embora ela tenha quatro filhos), e muito bonita. E essa imagem de uma mulher que não pode ser Presidenta da República, foi reforçada, a meu ver, pelos comentários sexistas que suscitaram, no seu próprio território, a sua candidatura (“quem vai cuidar das crianças” etc.).

Se procurarmos fazer um balanço quanto a este ponto: o que Ségolène Royal ganhou ou perdeu em apoios por ser uma mulher, poderíamos responder que isso não é algo muito significativo. Sem dúvida ela perdeu alguns votos entre as gerações mais velhas, pouco habituadas com a as-

cenção política das mulheres, mas trata-se de eleitoras (e de eleitores) que normalmente votam menos na esquerda do que as outras faixas etárias. Sem dúvida ela ganhou alguns votos de centro junto aos mais jovens (sabemos que, no conjunto da população, ela obteve sua melhor pontuação entre os de 18-24 anos). Mas a principal clivagem deu-se na esquerda/direita, desestabilizada pela emergência de um “extremo-centro”. Na França vota-se, no entanto, muito mais em função de afinidades políticas do que num homem ou numa mulher que se escolhe apenas pelo seu gênero.

Para concluir, gostaria de indicar o que se poderia almejar para o futuro: que se caminhe em direção à indiferenciação, à permutabilidade. Isto é que a participação das mulheres nas responsabilidades políticas seja a mesma que a dos homens, e que a questão do sexo da pessoa que acede a um cargo não seja mais um problema. Mas isso ainda não é para amanhã. O objetivo, no entanto, seria bem esse: uma sociedade na qual a paridade fosse tão comum que ela se tornaria algo “natural” e que as mulheres políticas já não seriam mais objetos raros. Nesse aspecto, as coisas começam a mudar no mundo, muito lentamente. Hoje, entre os 192 países representados na ONU, sete têm uma Presidenta (Chile, Suíça por um ano, Finlândia, Libéria, Filipinas, Irlanda, Letônia até julho de 2007 uma vez que Vaira Vike-Freiberga está concluindo o seu segundo mandato e que um homem vai sucedê-la). Dentre os chefes de governo o número é ainda menor¹³.

No total esses números não são significativos, mas é a primeira vez que eles são tão “elevados” (com aspas porque tudo é relativo), que eles abrangem países dos quais pouco se esperava nessa área (Chile, Libéria), que ele coloca em destaque mulheres que não estão lá por pertencerem a uma dinastia (como era o caso de Indira Gandhi ou de outras dirigentes asiáticas), mas devido ao seu engajamento político, à sua militância e à vitória do sufrágio universal. Por outro lado a mídia - a euro-

¹¹ Nota da Tradutora : CEVIPOF : Centre de Recherches Politiques de Sciences Po, é um laboratório de pesquisas em Ciências Políticas associado ao CNRS.

¹² Mariette Sineau, « Le vote hommes/femmes au premier tour de la présidentielle de 2007. Effets de genre, effets de génération », Paris, Site do CEVIPOF, 2007.

¹³ Cf. Janine Mossuz-Lavau, « Les femmes et le pouvoir exécutif depuis 1981 : la France au regard du monde », *Histoire et politique*, n° 1 [revista eletrônica do Centre d'histoire de Sciences Po].

péia pelo menos – é muito sensível a essa questão da emergência política das mulheres. O que permite perceber rapidamente as falhas em relação à igualdade quando estas se tornam gritantes

Eu diria, para terminar, que na França a cultura da igualdade política faz o seu caminho, quaisquer que sejam os motivos ulteriores que aceleram o seu progresso. Resta esperar que se difunda em todas as áreas, e nos outros países, uma cultura paritária que poderia ser a marca, no mundo, do século XXI.